

16 de agosto de 2012

Renegociação da Subconcessão de estradas do Pinhal Interior

Presidente da Câmara Municipal da Lousã contra a forma como foi conduzido o processo de renegociação.

Luís Antunes, Presidente da Câmara Municipal da Lousã, manifestou, na última reunião do Executivo Municipal, que teve lugar no dia 06 de Agosto, o seu desagrado pela forma como foi conduzido o processo de renegociação da subconcessão do Pinhal do Interior. Apesar de reconhecer que a conjuntura actual não é favorável, o edil entende que as Autarquias directamente envolvidas neste processo, deveriam ter sido chamadas a participar nas negociações e não ter unicamente conhecimento das decisões pela comunicação social.

Luís Antunes, reforçou ainda que "O Secretário de Estado das Obras Públicas deveria ter dado conhecimento prévio das questões, pelo menos, ao Presidente da Comunidade Intermunicipal, pelo que, é condenável a forma como as medidas foram tomadas. Os cortes anunciados, não têm reflexo na despesa, principalmente do presente ano e não gerarão a poupança anunciada se o governo cumprir as responsabilidades assumidas no âmbito da subconcessão, nomeadamente no que respeita às requalificações e manutenções previstas.

Esta medida é o concretizar de uma visão de um país a duas velocidades, nomeadamente na questão do IC3, que, com esta negociação, terminará na Ponte da Portela, o que é uma decisão, a vários títulos, extremamente desadequada levando a que uma via com aquelas características vá terminar numa via já congestionada e com algumas dificuldades em termos de fluidez do trânsito."

Luís Antunes entende ainda que, "ao assumir este memorando de entendimento com a ASCENDI, o Governo vem retirar as esperanças que havia na concretização da EN342 (troço Lousã – Coja) que ligaria ao IC6, sendo lamentável que a primeira renegociação tenha sido realizada na subconcessão que permitiria fazer justiça a toda uma região que tem sido sucessivamente esquecida pelos Governos em termos de acessibilidades".